

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E SUAS CAUSAS

GILDASIO JOSÉ DOS SANTOS
EVERTON LUIS DEIQUES
CASSIO HARTMANN²

(2) DOCENTE DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS/BRASIL E GRUPO DE ERGONOMIA E GINÁSTICA LABORAL/GERGILA - gildasiofiep@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios da educação nos dias de hoje é vencer as dificuldades da aprendizagem, que constituem o início de outros grandes problemas que são evasão escolar e a repetência. Ao focalizar as dificuldades de aprendizagem não estamos pretendendo esgotar o assunto que na verdade é amplo e cheio das implicações sociais, mas destacar alguns pontos que ajudam a entender o problema. Por outro lado procurar algumas pistas nas propostas mais recentes que apontam para a resolução destes problemas. No primeiro capítulo faremos alguns destaques psicopedagógicos. O comportamento da criança tem origens no contexto em que vive. Estes comportamentos podem ser reprovados ou reforçados.

Antes de ensinar o professor precisa entender o mundo da criança e respeitá-lo. No segundo capítulo focalizaremos alguns aspectos econômicos, sócias e familiares que contribuem para o fracasso escolar, são causas que precisam ser detectadas. As dificuldades de aprendizagem estão presentes nas escolas em todo o mundo. Porém na América Latina e no Brasil ganham contornos mais preocupantes porque estão aliadas a situação econômica e social. No passado procurava-se associar as dificuldades de aprendizagem ao problema mental, isto é, qualquer um que tivesse dificuldades em aprender é porque tinha algum problema.

Atualmente as dificuldades de aprendizagem alcançam níveis assustadores e precisam ser combatidos. Não se pode ignorar que isso tem a ver com a situação econômica, a má distribuição de renda, também grande parte das famílias brasileiras tem seus filhos nas escolas públicas é preciso analisar de que forma as questões familiares interferem na aprendizagem. DEMO, 2000, coloca a questão do fracasso escolar “em dois parâmetros endógeno, ou seja, fatores internos da escola e o exógeno, fatores externos dentre eles a família. Permeando estas situações econômico”.

Logo, CINIELLO, 2014, em seus bons escritos entende que: “o resultado de uma capacitação realizada para professores do ensino fundamental e médio visando solucionar os problemas mais pertinentes para uma boa mudança na prática pedagógica do professor, auxiliando-o a criar avaliações lúdicas, orais, verbais ou escritas, práticas com gravuras e usar melhor os ambientes reais da escola”.

Entendemos, prossegue, **“que o professor tem a obrigação de respeitar e auxiliar o aluno em suas limitações, fazendo ir em busca de conquistas do saber e deve estimulá-los a crescer pedagogicamente, para alcançar este objetivo, o professor pode atrelar a teoria a prática, usando de atividades que agradem o aluno e lhe proporcione prazer em realizá-la”**.(grifos e negritos meus).

Estes fatores além dos citados por DEMO, 2000, entendemos que podem influir na aprendizagem do aluno, como a integridade sensorial, física, intelectual e emocional. A maior parte destas variáveis, contudo, está fora do controle dos educadores. Estes devem procurar incidir sobre as variáveis que estão efetivamente sob seu controle. A título de resumo, serão expostas no decorrer como propostas deste trabalho aos educadores.

Finalmente, a intervenção psicopedagógica deve ocupar-se dos processos de ensino e aprendizagem nos quais se apresentam as dificuldades de aprendizagem. A avaliação dirige-se a todos os elementos direta ou indiretamente envolvidos.

O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: ASPECTOS PSICOPEDAGÓGICOS

A escola precisa redescobrir sua função de ensinar de maneira significativa. Neste sentido é importante a contribuição de Perrenoud que traça linhas de uma nova maneira de ensinar fundamentada na construção de competências. O novo conceito de ensino de qualidade aponta para mudanças de paradigmas educacionais levando em conta as necessidades do novo milênio. Este novo paradigma implica numa mudança de identidade do professor, MANTOAN (2003 p.21), afirma que:

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

Em contrapartida, Mittler (2003, p.184) defende a ideia de que:

Essa tarefa não é tão fácil quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já tem muito do conhecimento e das habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva. O que lhes falta é confiança em sua própria competência

Para tanto, “*sic*”, é necessário levarmos em conta que muitos são fatores que influenciam no modo de pensar, de sentir e de atuar dos professores: o que são como pessoas, os seus diferentes contextos biológicos, as suas histórias de vida e os contextos sociais em que crescem, aprendem e ensinam na forma da sempre zelosa MANTOAN, sustenta:.

Ensinar na perspectiva inclusiva significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existente e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN, 2003 p. 81).

Ao focalizar o processo ensino-aprendizagem é importante entender alguns aspectos do comportamento humano. Comportamento nada mais é do que a conduta dos seres vivos em resposta a determinados estímulos do meio em que vive como declara Médico Russo Pavlov Ivan, Prêmio Nobel em 1904 cujas descobertas originaram o behaviorismo, iniciado por John Watson em 1913, em suas pesquisas sobre as relações entre o organismo e o ambiente.

DEL RIO, *In*: COLL, (1996, p.27), afirma neste mesmo raciocínio:

Atividade do organismo vivo em relação funcional com seu meio ambiente. Não existem instâncias isoladas de conduta “*per se*”. A conduta humana é inseparável do contexto no qual é produzida e, para descrevê-la analisa-la ou facilitar-lhe mudanças, é necessário inscrevê-la em uma tripla relação de contingências integrada, em primeiro lugar, por aspectos mediados e imediatos do ambiente: os chamados estímulos discriminativos ou antecedentes, em segundo lugar pela própria atividade do ser vivo; e, finalmente pelas alterações ou contingências que ocorrem nesse contexto global por efeito da atividade do organismo; as consequências em termos *estrutos*.

O conceito de aprendizagem humana se insere neste contexto porque se processa a partir de inter-relações com o meio produzindo repostas novas. É importante entender que este conceito extrapola o ambiente restrito a sala de aula, atinge a interação com o local em que vive. As estratégias e as técnicas do processo ensino-aprendizagem podem fracassar quando não dá oportunidade ao aluno de interagir com o meio, ou seja, o aluno aprende em sala deve levar em conta o contexto onde está inserido. A corrente behaviorista afirma que as mudanças de comportamento podem ser provocadas de diversas maneiras. Por exemplo, se a criança após fazer uma determinada tarefa recebe elogios a tendência dela será continuar fazendo aquelas mesmas tarefas, isto é chamado de reforçamento. O contrário também é verdade, ou seja, se uma determinada atitude receber punição ele procurará tomar cuidado para não repeti-la. Quando uma determinada atitude é considerada inadequada a tendência é eliminá-la. Tal procedimento é chamado de extinção.

Estes comportamentos de reforçamento, punição, e extinção também acontecem em outros tipos de relacionamento principalmente na família. O elogio do pai, da mãe ou de qualquer outro membro da família é muito importante para que a criança, já que entram aí aspectos afetivos importantíssimos no desenvolvimento infantil. Assim como atitudes de críticas podem trazer dificuldades no relacionamento como também até traumas. A concepção interacionista, lideradas por (VIGOTSKY, 1989), partindo pressuposto que a pessoa constrói o seu conhecimento. É na interação com o mundo que o cerca que a criança paulatinamente vai se descobrindo como pessoa e formando sua própria personalidade. Segundo Piaget o desenvolvimento cognitivo passa por quatro etapas: a sensório-motora, a pré-operatório-concreta e a operatória formal.

A etapa sensório-motora vai do nascimento até dois anos aproximadamente. Nela a criança é essencialmente-prática, e esta praticidade leva-a utilizar recursos motores e sensoriais para resolver seus problemas. É importante para ela morder objetos, pegar, bater, sem nenhum pensamento representativo sobre aquilo que esta fazendo. Gradativamente ela vai podendo emitir conceitos e estabelecer conexões entre a realidade concreta e seus significados. O aparecimento da função simbólica vai alterando profundamente a forma de agir chegando à outra etapa. Esta etapa é de profunda interação com a mãe que cuida e atende nas suas necessidades mais que qualquer outra pessoa. Os aspectos sentimentais e afetivos são tão importantes como a alimento e o vestuário.(ROCHA 2001), Ao falar sobre a criança e sua educação nos dias atuais suscita uma indagação muito pertinente: “qual o nosso papel na educação da criança?” “Dirigir o seu crescimento ou deixar agir na natureza, Estaria dentro de cada pedagogo à intenção de podá-la ou de deixá-la desabrochar”. Na concepção de muitos a criança nada sabe precisa aprender a de ajustar no mundo moderno

A criança tem seu modo próprio de ser. As etapas levantadas por Piaget demonstram um mundo completamente diferente. Não se pode projetar a cultura adulta e a forma adulta de ver o mundo sob pena de violentarmos a estrutura psicossocial da criança que é cheia de peculiaridades conforme foi visto anteriormente. Por outro lado a criança tem sua história e sua dignidade que devem ser consideradas e respeitadas. Neste sentido prossegue ROCHA1988:

“Na sociedade centrada no adulto, a criança é promessa e potencialidade, uma condição a ser ultrapassada, e o adulto (educador), relaciona-se, portanto, com um futuro adulto e não como uma criança concreta” (ROCHA, 1988, p. 9).

O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E APRENDIZAGEM EM VIGOTSKY

O autor difere de (PIAGET, 1965) quando não aceita o desenvolvimento por estágios cognitivos. Para (VIGOTSKY, 1989), os fatores biológicos prevalecem sobre os fatores sociais apenas no início da infância. A personalidade, o pensamento e a visão de mundo da criança são determinados pelo meio em que vive principalmente peças várias formas com se comunica com o adulto. Nesta comunicação a fala desempenha um papel fundamental na formação e organização do pensamento. Por exemplo, quando a mãe mostra o fogo e diz “cuidado queima e dói” imediatamente esta verbalização provoca um registro de conceito, denominado de internalização. “Assim as funções mentais superiores” como a capacidade de solucionar problemas, o armazenamento e o uso adequado da memória, a formação dos novos conceitos, o desenvolvimento da vontade aparecem, inicialmente, no plano social (ou seja, na interação envolvendo pessoas) e apenas elas surgem no plano psicológico, no próprio indivíduo. A construção do real pela criança, ou seja, a apropriação que esta faz da experiência social, parte, pois do social da interação com os outros, e paulatinamente, é internalizada por ela. (OLIVEIRA, 1992, p. 50). Na verdade a comunicação pela linguagem, ou palavra dá sustentação, ou seja, forma para estruturas mentais. A criança não só identifica a realidade ou o objeto mencionado, como também, pode discernir características próprias de cada objeto. A relação entre a linguagem e pensamento vai modificando-se no decorrer dos anos de desenvolvimento da criança, portanto são interligados.

Quando se fala em desenvolvimento não se pode deixar de fora a questão de aprendizagem, visto que a criança desde os primeiros dias de vida já começa a aprender e assimilar conceitos. (VIGOTSKY, 1989) sintetiza três grandes posições teóricas existentes. A primeira parte do pressuposto de que o processo de desenvolvimento da criança é independente do aprendizado. Nesta visão o aprendizado aparece utilizando-se dos mecanismos oferecidos pelo desenvolvimento da criança. Chega a afirmar que o desenvolvimento é sempre um pré-requisito para o aprendizado. Neste sentido é preocupante ensinar alguma coisa que a criança não esteja pronta para recebê-la.

A segunda é bastante antiga, postula que a aprendizagem é desenvolvimento e os dois polos coincidem da mesma forma que figura geométrica idênticas coincide quando superpostas. A terceira posição é de que o desenvolvimento se baseia em dois processos inerentemente diferentes, em que cada um influencia o outro, “de um modo à maturação, que depende diretamente do desenvolvimento do sistema nervoso; de outro lado à aprendizagem, que é em si mesmo, também um processo de desenvolvimento”. (VIGOTSKY, 1989 p.91). Contudo, é sabido que o desenvolvimento cognitivo da criança é bem mais marcante e não pode estar atrelado ao aprendizado, o professor precisa estar atento a estes aspectos e saber o que a criança pode assimilar numa determinada faixa etária. O que vimos até agora, teve como propósito mostrar a criança e sua vida enquanto ser humano que precisa ser conhecido não como um futuro adulto, mas como criança que tem uma vida presente cheia de especificidades e necessidades próprias.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: ASPECTOS HISTÓRICOS E PSICOSSOCIAIS

As dificuldades de aprendizagem aparecem com um dos temas que mais inquietam os estudiosos e pedagogos. Aqui no Brasil como em toda a América Latina esta situação tem agravado a tal ponto que se observa em grande número de alunos que frequentam, mas com o mínimo de aproveitamento acabam comprometendo o seu futuro. A falha estaria no aluno ou no sistema escolar? No final do Século XIX alguns psicólogos e pedagogos procuraram situar às origens do fracasso escolar da criança na questão mental. Médicos e psicólogos atribuíram o fracasso escolar a fraqueza, debilidade das capacidades intelectuais ou morais da criança em questão. Utilizando, então, uma noção emprestada a Medicina Mental da época, eles designavam essas crianças como “anormais da Escola Primária, os atrasados, (COSTA, 1993 P. 25)”. Esta qualificação de “anormais” ou “atrasados” perdurou por muito tempo, podemos dizer que até hoje muitas situações não dependem do aluno, mas são referidas como de responsabilidade do aluno e que pela sua incapacidade de aprender são qualificadas desta forma. É bem verdade que não podemos ignorar as crianças com dificuldades especiais, que até pouco tempo chamavam-nos de deficientes ou retardados.

O psicólogo Binet e o médico Simom, criaram testes, atualmente questionáveis, que caracterizam como anormais, dentro da categoria, “debilidade psicométrica”. Outras qualificações irão aparecer, “dislexia para os que têm” dificuldade na leitura, discografias para os que têm dificuldades com ortografia, disgrafia para os alunos que tem dificuldades na escrita, discalculia para os alunos que apresentam dificuldades em cálculos (LEGAL 2011).

A escola especial surgiu alternativas de entendimento para estas crianças que no entender destes médicos não deveriam frequentar as classes normais. A partir daí não só se estabeleceu esta prática como regra normal como houve uma dicotomia escolar diferenciando a criança com reais possibilidades de aprendizagem e as que não tinham condições normais, portanto, não podiam estudar juntos. Por muito tempo procurou deixar os chamados “deficientes” fora do processo de aprendizagem. A escola com papel de preparar pessoas com conhecimento para assumir as lideranças sociais no profundo conceito Taylorista, deveriam ter um lugar onde alcançassem seus objetivos, e ali não caberiam os “anormais”.

No Brasil de igual forma, mais recentemente no período que se lançou a chamada “Democratização do Ensino”, alguns autores chegaram a sugerir que a escola pública assumiu

o compromisso de preparo de mão-de-obra, visando a implementação do modelo econômico brasileiro e isso exigiria um mínimo de escolarização e preparo, isto é, de capacidade intelectual. Ficaram excluídos do processo muitos que tinham dificuldades de aprendizagem. Neste sentido COSTA, 1994, aborda: “Na prática, constata-se que a pretensa “escola para todos” não foi feita para essas crianças proletárias. A inadequação é tanta que mal elas iniciam a escolaridade, já depara com uma serie de dificuldades. A solução é adotar as estratégias utilizadas em outros países, como se viu enquadrando as em categorias que exijam uma educação paralela. Mais uma vez a escola e o sistema são preservados; a culpa pelo fracasso é colocada no indivíduo”. (COSTA, 1994 p. 31). O indivíduo é muitas vezes qualificado de incompetente sem levar em conta outros aspectos que interferem decisivamente no rendimento escolar, por outro lado, a escola pública nem sempre está em condições de oferecer em ensino de qualidade por problemas estruturais que escapam à competência do próprio sistema escolar, assim a tendência é ver os alunos com dificuldades serem penalizados aso invés de atendidos.

“Os problemas relacionados com o ensino da linguagem escrita são agravados devido a outras condições que, com frequência, caracterizam as primeiras séries da escola nos países em desenvolvimento, tais como salas de aula superlotadas, professores sem qualificação nem experiência, e falta de materiais didáticos”. (COSTA, 1994 p. 31). Estes são os problemas estruturais resultantes de políticas governamentais que, apesar de ter um discurso voltado às questões educacionais, na prática não as priorizam. Inclui-se a estes, outros problemas que atingem em cheio todos os profissionais da educação. Daí então as dificuldades na aprendizagem passam a ser um problema crônico, chegando a altos índices de repetência. Há uma grande quantidade de criança e adolescente que tem dificuldade na leitura, na escrita, no entendimento e interpretação de textos ou enunciados. Estas situações transcendem a escola e se projetam na família e na sociedade. Na verdade esta é uma situação que vem de muito tempo atrás; no início do século XX no Brasil, “o acesso à escola estava restrito à classe fundiária dominante, à burguesia industrial em ascensão e às classes médias emergentes que reivindicavam certo nível de escolarização. Naquele período 81% da população era analfabeta” esclarece (PATIO, n.11, p. 25).

Hoje o índice de analfabetismo diminuiu muito, porém há uma grande quantidade de analfabetos funcionais que também ficam marginalizados sem muita condição de participar ativamente em setores importante da sociedade, serão subalternos e facilmente manipulados pelo sistema. “125 milhões de crianças em todo o mundo não frequentam as escola; dois terços são meninas. 150 milhões de crianças abandonam a escola antes de aprender a ler ou a escrever, 12 milhões de crianças morrem por doenças ligada a pobreza todos os anos. 2 milhões de vidas poderiam ser salvas se todas meninas frequentassem a escola. Um em cada quatro adultos nos países não sabe ler ou escrever, dois terços são mulheres [...]. apenas cerca de 1% dos deficientes físicos frequentam algum tipo de escola na maioria dos países em desenvolvimento.(MITTLER, In: Pátio, 2002, p.11).

Diante destas evidencias não se pode colocar o assunto dificuldade de aprendizagem sob-responsabilidade individual de que está estudando. Pelo contrário há uma grande parcela deve recair sobre os dirigentes educacionais como um todo. E bem verdade que o aspecto econômico tem um peso muito grande e aí precisamos incluir a família, pois é dele que saem as crianças com suas dificuldades peculiares e que interferem no rendimento escolar.

OS PROBLEMAS FAMILIARES E AS INTERFERÊNCIAS NO RENDIMENTO ESCOLAR

Desde a época primitiva a família exerce um papel decisivo na vida de cada pessoa e de toda sociedade, isto porque o aprendizado a socialização começa com os pais. Este aprendizado tem leis, exigências e sanções de acordo com princípios adotados pela família. Estes princípios surgem da cultura onde está situada. Freud chega a dizer que é junto aos pais que a criança exercita suas primeiras intenções amorosas, ou seja, a criança faz dos pais o

objeto de sua primeira escolha amorosa. A libido neste caso toma os pais apenas como modelo posteriormente, é projetada para outra pessoa. Nesse caso é importante que no futuro haja uma ruptura deste “cordão umbilical” para inserção do mesmo na sociedade. Se isso não acontecer pode trazer graves consequências na vida da criança ou do jovem. A criança tem marcada na sua personalidade as figuras do pai e da mãe e de forma simbólica essa figura precisa ser extinta se não for dificultado o processo.

Isto nem sempre acontece, os próprios pais relutam, muitas vezes, em abandonar os papéis assumidos, persistindo no cuidado com “seus meninos”, já homens barbados e mulheres feitas. Nesse sentido os verdadeiros pais são aqueles que desde logo se permitem “começar a morrer” como pais “(ARANHA, 1996 p. 57)”. Este apego em demasia dos pais aos filhos fica cada vez mais acentuado quando esse filho ou filha apresenta determinadas dificuldades ou problema.

No campo da educação pode projetar de varias formas: querendo substituí-los, realizando tarefas escolares por eles. Defendendo-os e justificando-os a qualquer custo, ou seja, superprotegendo-os. Como já nos referimos à criança trazendo em sua personalidade, ainda em formação várias formas de aprendizado, em sua grande maioria assistemática. Este aprendizado na verdade é mais formativo que informativo. Em grande parte vem do meio familiar. Pode-se então afirmar que a família tem participação decisiva na vida da criança que pode ser benéfica ou até maléfica. Quando se aborda a criança no contexto da família não se pode esquecer-se da questão afetiva e emocional. O relacionamento dos membros da família é carregado de aspectos sentimentais que devem ser levados em conta. “Na área da saúde mental, o papel dos distúrbios familiares nos sintomas das crianças tem sido cada vez mais reconhecido”. (UNICEF, 2000 p.48). Este aspecto afetivo está presente e pode intervir no processo de maturidade da criança pelos fatores já citados, e interferir negativamente no processo de aprendizagem porque ela será uma criança dependente e sabedora de que só vencerá se houver a figura do pai ou da mãe junto a si. Quando falamos de dificuldades na aprendizagem e as interferências da família há outro aspecto a considerar, à criança pode chegar num ambiente escolar oriunda de uma família desestruturada com problemas econômicos, afetivos, etc.. Estes e outros problemas tiram da criança o equilíbrio emocional e mental importantes no aprendizado. Por outro lado pode haver danos importantes no sistema nervoso o que dificultará o relacionamento com outras crianças. O antropólogo John Bowlby, (1951), afirmava, que “o amor materno na infância e juventude é tão importante para saúde mental quantos as vitaminas e proteínas o são para saúde física” (UNICEF, 2000 p.48). Mesmo levando em consideração a época que foi externado tal parecer, ela ainda é pertinente nos dias de hoje. A criança precisa de suporte familiar para desenvolver-se de forma saudável. A UNICEF reconhece que a família está vulnerável e isso tem algumas causas. A mais forte é a questão econômica resultante de uma distribuição de renda injusta. E isto se projeta no rendimento escolar. Como estudar e aprender com fome? Como resolver os déficits de vitaminas e proteínas nos primeiros anos de vida da criança? Como resolver o problema de abandono de crianças nas ruas? Como resolver o problema de afetividade da criança que não conhece seu pai e mãe?

DEMO, 2000 coloca questão do fracasso escolar em dois parâmetros, causas exteriores, ou exógenas e causas internas do próprio sistema educativo, ou endógeno.

Entre causas exógenas conta-se principalmente a pobreza das famílias, tanto material quanto política. No plano material, as condições muito desfavoráveis de sobrevivência prejudicam o desenvolvimento físico intelectual da criança. E no plano político, a falta de ambiente positivo cultural – linguagem limitada inexistente de material de literatura impropriedade de local para estudar, falta de apoio familiar etc. – também dificulta expressivamente a possibilidade de êxito na escola. Entretanto, sobre estas causas a escola tem reduzida influencia, por mais que ofereça merenda e mesmo material de leitura. De todos os modos, significa dizer que a escola recebe um aluno cercado de problemas graves, o que vai exigir esforço redobrado e muito competente por partes dos professores. (DEMO, 2000 p.148).

Estas situações familiares leva a criança a compor grupos cada vez maiores dos chamados repetentes e os que saem à escola muitos deles em definitivo, ou seja, a evasão escolar.

As causas endógenas referem-se ao próprio sistema educativo, podendo-se ressaltar pelo menos dois horizontes mais expressivos. De um lado, temos o problema do sistema como tal, incluindo a rede escolar, os órgãos de educação, a política pública e governamental, a história educacional dos pais, componentes que podem repercutir muito negativamente no rendimento escolar e respectivos recursos financeiros, o tratamento inadequado dos docentes, a manutenção de ofertas degradadas de formação docente, o mau equipamento escolar, a falta de condições inadequadas de trabalho, a impropriedades do planejamento e assim por diante". (DEMO, 200 p. 148).

O PAPEL DA ESCOLA E A FAMÍLIA

Nas sociedades primitivas não existia a instituição escolar como hoje. A própria família ensinava, isto é, passava-se oralmente as tradições de geração para geração. A escola institucionalizada é uma criação burguesa do Século XVI (ARANHA p. 73), que assumiu um duplo papel, não só de instruir, mas também de educar. As ordens religiosas assumiram esse papel e as escolas tiveram características bem definidas. "A vigilância constante, mesmo dentro do colégio, torna-se imprescindível, já que este se funda na concepção de que a natureza humana é má e corruptível. Desse modo à educação se esforçará por disciplinar a criança e inculcar-lhe regras de conduta. Para melhor submetê-la aos rigores da hierarquia e da aprendizagem da obediência, intensifica-se o uso dos castigos corporais". (ARANHA p.73). Entendia-se a escola como uma contribuição dos princípios eclesiásticos, portanto a família não podia insurgir contra, mas sim apoiar esta postura de defensora dos princípios divinos. O relacionamento família – escola neste contexto era pacífica, de plena concordância e confiança não sendo admitido nenhum tipo de questionamento. No Século XVII, alguns aspectos das exigências burguesas são alterados, a formação técnica aparece contrapondo a formação humanística e conhecimento mais profundo das ciências.

A família burguesa era a mais interessada que seu filho aprendesse para liderar esta nova sociedade das máquinas. No Século XIX vem à democratização, universalização e secularização do ensino, principalmente o ensino básico. Neta época a classe trabalhadora direciona-se para o ensino público. Há uma confiança na escola como detentora do saber sistematizado. A escola hoje se tornou, por necessidade, parceira da família assumindo funções que extrapolam os limites pedagógicos.

O estilo da família hoje, principalmente as assalariadas não permite que haja uma aproximação maior na vida escolar. "A relação entre escola e a família é fragmentada e pouco cooperativa". "Os pais não se interessam, e deixam que a escola faça tudo". Tal concepção demonstra o desconhecimento do fato de que os pais, na maioria das vezes, não podem ajudar ou porque a escola não lhes fornece as pistas para esta ajuda e não lhes convida a pensar como executá-la. (DORNELES, In; Pátio 1998 p. 27). É bem verdade que não se pode generalizar.

Há muitas escolas públicas que conseguem motivar e aproximar os pais da vida escolar e principalmente do filho, tomando conhecimento passo a passo do desempenho do filho e de tudo o que se passa na escola. Não só isso, também ajudando efetivamente através da APMF's e de outras iniciativas individuais. Mas na maioria das escolas verifica-se um desencanto na relação à escola. Muitas vezes, o pai ou a mãe só é chamado quando o filho ou filha tem problemas. Soma-se a estes fatores a falta de tempo e outros impedimentos. Este quadro deixa bem claro o distanciamento e conseqüentemente a fragmentação da relação escola-família. E esta situação não ajuda nada o enfrentamento do problema das dificuldades na aprendizagem, pelo contrário, colaboram no agravamento.

A prática da repetência e da evasão escolar não é uma invenção nem modismo da escola brasileira, acontece em todo mundo, principalmente no ensino básico. Há nesta questão uma indagação. Falha do aluno? Da instituição escolar? Do Estado? De imediato pode-se dizer que estas foram saídas “inventadas” para enfrentar o problema da não aprendizagem ou da má qualidade de tal aprendizagem. Longe de ser a solução, a repetência e a evasão escolar é uma preocupação muito grande porque põe em dúvida a qualidade de ensino e a própria missão da escola.

A repetência no meio escolar afeta as regiões do mundo e a grande maioria dos países, inclusive os industrializados. As estatísticas oficiais de 1990 registram 35,6 milhões de repetentes no Ensino fundamental em nível global incluindo-se dentro dessa cifra unicamente 84 países (quatro deles concentrados de quase metade desse número de repetentes: China 7,5 milhões; Brasil 5 milhões; Índia 3,4 milhões e México 1,3 milhões). Segundo as estatísticas oficiais, entre 10 a 20% dos meninos e das meninas do mundo repetem alguma das séries iniciais do ensino fundamental. (TORRES, *In*: Pátio, 2000 p.12).

É verdade que pela complexidade há necessidade de uma maior atenção ao problema. Possivelmente uma estatística mais real e mais frequente que enfatizasse esta questão, seria um ponto de partida para enfrentar o problema. Enquanto o sistema escolar vê a repetência como um problema que tem origem fora da escola, os pais em muitas ocasiões chegam a achar que isso acontece devido ao alto nível do ensino e ficam contentes quando seu filho tem a segunda oportunidade. Para especialistas e os estatísticos, a repetência é um indicador claro da não funcionalidade e da ineficiência interna do sistema escolar. Para a sociedade, em geral, e a comunidade educacional, em particular (professores, pais, estudantes, diretores, deliberadores de políticas nos distintos níveis), a repetência é aceita como algo “natural”, como um componente inerente e até inevitável, na vida escolar (TORRES, 2000 p.12). Segundo a autora, a escola “inventou” e “restaurou” a prática de repetência visando encontrar soluções para o problema das dificuldades de aprendizagem. Longe de corresponder à expectativa a repetência pode trazer trauma e frustrações comprometendo ainda mais o processo ensino-aprendizagem. Na verdade é um prejuízo para todos os envolvidos, ou seja, alunos, pais professores e todo sistema escolar e em longo prazo compromete o futuro do repetente. Até mesmo o pressuposto pedagógico para justificar tal prática está permeada de equívocos.

Pedagogicamente a repetência é baseada em uma série de premissas erradas que o estudante não aprendeu ou não aprendeu o suficiente, aprenderá se tomar o mesmo caminho pela segunda vez. [...]. Socialmente a repetência reforça o círculo vicioso das baixas expectativas, do baixo rendimento, da baixa estima e do fracasso escolar. Os pais interpretam as baixas qualificações dos seus filhos como um sinal de sua incapacidade para aprender [...]. Administrativa e financeira a repetência é um grande gargalo e significa em enorme desperdício de recursos. (TORRES 2000, p.13).

Longe de advogar uma postura de passar o aluno a qualquer custo, que seria também outra forma de fugir de certos problemas estruturais há que se repensar a prática escolar que garanta um mínimo de aprendizado de qualidade e dê ao aluno condições de vencer as dificuldades sem ser penalizado. É importante ressaltar que o novo paradigma educacional vê o erro e as dificuldades como parte do processo de amadurecimento e processo de conhecimento de uma pessoa. Não se pode ver o erro e as dificuldades do lado negativo, muito menos quando o ônus recai sobre o aluno.

PROPOSTAS PARA ENFRENTAR AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM A CONTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS.

“PUIGGRÓS, 1997/1998, faz uma intrigante pergunta,” para que serve a escola?“, tal pergunta e apontada por Ivan Ilich, questionando a sua função nos dias de hoje, e alertando para o fato de que não tem mais o monopólio do saber sistematizado. (PATIO, ano 1 n.3 p.8). Estas e outras posturas apontam para o fato de que a escola está repensando sua prática tentando sair de um incômodo anacronismo. Neste sentido a MELLO, tenta responder:

A educação obrigatória no Brasil não pode continuar tendo sua identidade diluída, ora como simples política de proteção social numa perspectiva assistencialista, ora apenas como processo de formação de consciência numa perspectiva ideologizante, ora como uma vaga preparação para vida, sem objetivar o que seria essa preparação. É preciso, de uma vez por todas, entender que a função principal da escola é ensinar e que, portanto, o resultado que dela deve ser esperado, avaliado e cobrado é a aprendizagem do aluno (MELLO, 1995 p. 67).

Destoando de Ilich, que propõe a desescolarização, a autora discute a reestruturação dos objetivos escolares, sem perder de vista sua função principal que é ensinar. Na verdade pode-se diluir sua função em assistencialismo ou outras atividades sociais em nome de atender a criança nas suas necessidades básicas. O que vimos até agora deixa claro que no processo ensino-aprendizagem estão implícitos vários fatores, alguns internos outros externos que transcendem o próprio limite da educação.

Há quem diga que a escola como fonte do saber sistematizado é de domínio da classe dirigente, portanto, manipula para atender interesses econômicos até políticos. Atualmente outra visão mais democrática e porque não dizer mais justa de que a escola é para todos e com os mesmos direitos. Tais pressupostos parecem colocar a questão das dificuldades no aprendizado em dois patamares. Um tem base no liberalismo econômico, ou no neoliberalismo que vê esse assunto dentro da visão global da sociedade que dá oportunidades individuais a todos, mas há uma seleção natural, ou seja, nem todos conseguem o mesmo sucesso. Esta visão põe os que têm dificuldades de aprendizagem numa visível marginalidade, sem se preocupar muito com esse problema. O outro patamar tem base no novo paradigma de pedagogia sistêmica e inclusiva que pretende ser base para o novo milênio. O acesso ao saber sistematizado é um direito de todos. No entender de muitos pedagogos atuais neste paradigma, a escola neste novo milênio precisa desenvolver uma pedagogia que ultrapasse certas limitações antigas e atinja uma dimensão global. Afinal trata-se de ensinar visando à própria sobrevivência visando resolver problemas ameaçadores como o esgotamento das energias naturais. A perda de valores importantes que sustentam o relacionamento e o entendimento humano. Poluição e o surgimento das doenças características dos dias atuais. Por outro lado o avanço da neurociência, ciências medica, da tecnologia moderna e outras formas de descoberta tem elevado o homem a dimensões do conhecimento jamais visto. Também as mudanças rápidas em todas as áreas leva toda sociedade a uma instabilidade preocupante.

Diante deste quadro denso de significados e contradições há necessidade de transmitir conhecimentos para construir competências. “Este novo paradigma é definido pelo autor PHILLIPPE PERRENOUD, da seguinte forma:

São múltiplos os significados da noção de competência. Eu definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a elas. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se via de regra, pôr em ação e em uma sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre as quais estão os conhecimentos. No sentido comum da expressão, estes são representações da realidade, que construímos e armazenamos ao sabor de nossa experiência e da nossa formação. Quase toda ação mobiliza alguns conhecimentos, algumas vezes elementares e esparsos, e outras vezes complexos e organizados em redes. Assim é, por exemplo, que conhecimentos bastante profundos

são necessários para: analisar um texto e reconstruir as intenções do autor; traduzir de uma língua para outra; argumentar com a finalidade de convencer alguém cético ou um oponente; construir uma hipótese e verificá-la; identificar, enunciar e resolver um problema; conduzir um projeto coletivo (PERRENOUD, 1995 p.7-8).

Na verdade competência não pode ser confundida com conhecimento, pois vai além, é quase que uma intuição que de posse dos vários de conhecimento utiliza-os de uma forma sistêmica para a resolução dos problemas. Na verdade adquirimos conhecimento desde o momento do nascimento posteriormente os vários tipos de ciência nos oferecem as formas sistematizadas. Mas isso não é tudo, pois não oferecem condições em si mesmas da competência conforme explicitados. Há necessidade de superar obstáculos e dar respostas imediatas em determinadas situações, isto é, ser competente.

Neste sentido a escola esbarra num dilema crucial. Ensinar o desenvolvimento ou desenvolver competências. Quer dizer, ficar atrelado a velhos paradigmas ou buscar os novos? Como educar os jovens para atuar numa sociedade futura cuja natureza desconhecemos, e que certamente será diferente? LITTO, a este respeito comenta: "Muitas carreiras estão sumindo do cenário nacional e internacional de trabalho devido a informática e à globalização. Por outro lado carreiras novas estão surgindo. [...] 70% das carreiras que serão importantes por volta do ano 2010 ainda não existem [...]". Acredito que a meta principal de toda educação hoje tem que ser preparar o futuro adulto para pensar sistêmica e ecologicamente (LITTO, *In*: Pátio 1999 p, 15).

Mesmo com estas incertezas, obscuridades e incógnitas há que se preparar o cidadão do futuro com muito mais instrumentos e condições de realizações que nos dias de hoje. Até mesmo os erros precisam ser encarados de uma forma diferente. No contexto escolar precisa surgir uma consciência diferente que descarta a punição para o erro e para as dificuldades de aprendizagem. O novo paradigma pedagógico vê as dificuldades de aprendizagem com um fator que faz parte do próprio processo sem minimiza-lo desprezando-o e deixando-o acontecer, nem supervaloriza-lo chegando ao ponto de reprovar o aluno que não alcança determinados níveis. O aluno com dificuldades de aprendizagem sejam elas de caráter ou bastante comprometido é apenas diferente e deve ser tratado como tal. "Muitas vezes as diferenças nas necessidades de aprendizagem e características dos alunos nas situações educacionais eram vistas como um problema ou como algo a ser superado. "Atualmente com o movimento em prol de oportunidades educacionais mais inclusivas para as crianças, as diferenças estão sendo reconhecidas como parte inerente de todos nós". (STAINBACK, *In*: PÁTIO 1999 p. 16). As dificuldades de aprendizagem não são as mesmas para todos. Partindo desde pressuposto as crianças nestas situações representam oportunidades diferentes e enriquecedoras para professores e alunos. O professor tem oportunidade de conhecer cada um de forma singular. É claro que isso depende de mudanças na forma de encarar a educação. Por outro lado pode ser uma oportunidade para desenvolver o princípio do apoio mútuo entre alunos. O compartilhamento não pode ser somente do sucesso, ou seja, das notas boas, mas do insucesso também é aí que acontece a verdadeira aprendizagem.

Mudar uma cultura antiga de avaliar é um desafio muito grande, e precisa ser num processo longo que envolve vontade e persistência. Há muitas dificuldades que precisam ser superadas. O próprio aluno já está acomodado e acostumado e não concordará de imediato. O professor acostumou-se a dar notas individualizadas, mas dentro de provas padronizadas onde o aluno tem que aceitar regras do jogo sem questioná-las. Chamar os alunos para participarem da construção de objetivos, critérios e da própria avaliação é algo novo, que a princípio amedronta.

Construir competências implica em mudanças profundas na identidade do ser professor. Nesta mudança está uma grande saída para começar a resolver o mais começar a resolver os problemas de aprendizagem. A construção de uma nova consciência mais ecológica, mais solidária mais participativa começa dentro de cada pessoa e a escola tem uma grande tarefa

de contribuir neste processo. Não se pode ver a educação desvinculada do contexto mundial que em última análise diz respeito a nossa própria sobrevivência.

O NOVO CONCEITO DE ENSINO DE QUALIDADE

Por muito tempo o ensino de qualidade era aquele que tinha um conteúdo denso, cheio de datas, conceitos, fórmulas, etc.. Exaltou-se o aspecto racional cognitivo do conhecimento. Valorizavam-se os sistemas de saberes que deviam ser oferecidos pela escola. Hoje busca-se um saber solidário de compartilhamento. Busca-se maior iniciativa do aluno a partir de projetos elaborados entre os professores e alunos.

A aprendizagem nessas circunstâncias é centrada ora destacando o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora os aspectos social, e afetivo dos alunos. Em suas práticas e métodos pedagógicos predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a coautoria do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que podemos oferecer-lhe de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades (MANTOAN, *In: PÁTIO*, 2000, p. 19).

O conceito de ensino de qualidade neste sentido muda de paradigma, tudo o que o aluno faz em sala de aula tem um significado e deve ser levado em conta pelo professor. Por outro lado o aluno deve ser motivado de tal maneira que de uma atitude passiva começa a ter iniciativa própria e assim há uma exteriorização e manifestação das potencialidades, num contexto de solidariedade e cooperação mútua. O professor deve sempre estar atento às manifestações dos alunos, pois mesmo aqueles que apresentam dificuldades em determinada área do conhecimento certamente surpreenderá positivamente em outra área. Cada aluno traz sua peculiaridade e sua maneira de aprender. As dificuldades são detectadas e trabalhadas de forma proporcionar uma superação sem truncar o processo como um todo. Ao professor cabe tomar algumas atitudes mais inovantes.

Rompimento das fronteiras entre as disciplinas curriculares [...] . Formação de redes de conhecimento e de significação [...] . Integração de saberes decorrentes da transversalidade curriculares [...] . Poli compreensões da realidade. Descoberta inventividade e autonomia do sujeito na conquista do conhecimento. Ambientes polissêmicos, favorecidos por temas de estudo que partam da realidade. (MANTOAN, *In: PÁTIO*, 2000, p.20).

IMPLICAÇÕES DO OFÍCIO DE DOCENTE

PERROUD, (1995) esclarece que para construir competências, é necessário mudar a relação do professor com o saber, isto é, sua maneira de dar aula, o que implicará num repensar da sua própria identidade como educador. Precisa-se ensinar a aprender, ou seja, o aluno precisa aprender a aprender. E sugere:

Considerar os conhecimentos como recursos a serem mobilizados; trabalhar regularmente com problemas; criar ou utilizar outros meios de ensino; negociar e conduzir projetos com seus alunos; adotar um planejamento flexível e indicativo e improvisar; implementar e explicitar um novo contrato didático; praticar uma avaliação formadora em situação de trabalho; dirigir-se para uma menor compartimentação disciplinar (PERRENOUD, 1995, p.53).

Vejam os pontos colocados pelo autor. Os conhecimentos como recursos a serem mobilizados no entender do autor é transformá-los em instrumentos da prática, ou seja, através deles poder tomar decisões, resolver problemas. Um erudito sem a prática pode ser mais inútil que um ignorante. Construir competências é exercitá-las em situações complexas. Um médico só saberá o que é exercitar a medicina quando a prática puder confrontar todas as situações limite que a realidade lhe oferecer os limites que a realidade lhe oferecer. O professor deve aceitar as situações incompletas suscitando muitas vezes certa desordem sabendo que mais adiante o complemento virá. Assim nem todas as perguntas precisam ser respondidas em sua amplitude. Trabalhe-se com o mínimo, pois o restante virá depois, isto é construção do saber. Os conhecimentos são oportunizados pela interação aluno e professor. Cabe somente ao aluno a organização, ou elaboração destes conhecimentos em sua mente. Como um treinador à beira do gramado numa partida de futebol, dando instruções, mas quem joga são os outros.

Trabalhar por problemas é levar o aluno a traçar metas, resolver problemas, pesquisar, penetrar no conhecimento até então desconhecido para ele. O aprendizado se faz em meio às dificuldades enfrentadas, e o professor não pode sonegar esta oportunidade aos seus alunos. As situações-problema se estabelecem vinculadas a realidade não pode ser inventada aleatoriamente pelo professor. PERROUD, (1995) chega afirmar que:

Visar ao desenvolvimento de competências é quebrar a cabeça para criar situações-problema, que sejam ao mesmo tempo, mobilizados e orientados para aprendizados específicos. [...] Supor certo recuo em relação ao programa, uma capacidade de identificar os aprendizados efetivamente solicitados, tenham sido eles previstos ou não, e a convicção de que, trabalhando-se dessa maneira, não se poderá passar ao largo de nenhum objetivo essencial. [...] Estruturar deliberadamente obstáculos ou antecipá-los e localizá-los em uma tarefa inserida em um determinado processo. [...] trabalhar por situação problema supõe, ainda, capacidade de gestão de aula em um ambiente complexo: Os alunos, às vezes trabalham em grupos, a duração das atividades é de difícil previsão e padronização e os imprevistos epistemológicos acrescentam-se às dinâmicas incertas do grupo-aula. (PERRENOUD, 1995, p. 60).

Assim o programa é alterado quando necessário, não se permite entrar em determinadas rotinas, como cronometrar atividades ou deliberar decisões antecipadas, saber o que o previsto é deixar que aconteçam imprevistos.

Não há necessidade de se prender a todo instante a cadernos, livros e exercícios, como se estas fossem as únicas e melhores alternativas, mas buscar situações de interesse. Nestas alternativas inclui-se a informática. Negociar com os alunos as mudanças e os projetos se faz necessário porque o aluno é um parceiro em todo o processo e eles precisarão assumir conjuntamente. "A negociação é uma forma não só de respeito para com eles, mas também um desvio necessário para implicar o maior número possível de alunos em processos de projetos ou solução de problemas". (PERRENOUD, 1995 p, 62).

Cada situação problema precisa surgir a partir de um projeto. O professor precisa ter a consciência que quando se fala em projeto há duas situações que certamente irão surgir. Uma está ligado à perseguição do objetivo que pode acontecer meio à tensão, dificuldades, esforços, e a posterior superação dos obstáculos. A outra situação é ver os obstáculos como barreiras intransponíveis e parar diante delas sem ânimo para superá-los. Neste caso o professor deve ser não só um incentivador, mas orientador que procurará intervir no processo apontando possíveis saídas. A negociação não deve ser uma vil barganha, mas uma alavanca pedagógica.

Adotar um planejamento flexível é um dos aspectos essenciais no ensino por competências, isto porque, pode-se prever o início, mas não se pode prever o final, de certa forma é uma aventura. PERROUD, (1995) explica o sentido desta "aventura": A palavra pode parecer forte demais, quando se trata de uma instituição tão burocratizada e obrigatória como a escola. Porém, trata-se mesmo de aventuras intelectuais, de empreendimento com resultado

desconhecido, que ninguém, nem sequer o professor, jamais viveu em condições exatamente iguais. O exemplo concreto pode ser a montagem de um espetáculo montado a partir de uma pesquisa em um determinado bairro que pode ter uma previsão inicial de duração de um mês, mas no decorrer do processo verifica-se que há necessidade de ampliar este projeto para dois meses, sem a qual não se alcançará os objetivos propostos.

No contexto de ensino hoje o entendimento é que há um conteúdo programático que precisa ser vencido a qualquer custo até o final do ano letivo. O professor que quiser trabalhar competências precisa abrir mão de boa parte destes conteúdos. É muito melhor dedicar boa parte do tempo em um pequeno número de situações complexas que levam a um aprendizado fecundo e significativo do que vencer um conteúdo denso e longo, mas de forma superficial e sem interesse por parte dos alunos, o que na verdade acaba gerando certas distorções, como a repetência e a evasão escolar. O professor precisa planejar com tranquilidade, liberdade e espírito crítico, para extrair o essencial e não se perder em atividades sem sentido para o aluno nos dias atuais. O referido autor propõe um novo contrato didático com cinco itens importantes na nova identidade do professor:

1. A capacidade para incentivar e orientar o tratamento experimental.
2. A aceitação dos erros como fontes essenciais da regulação e do progresso, desde que analisados e entendi.
3. A valorização da cooperação entre os alunos em tarefas complexas.
4. A capacidade de explicitar e de ajustar o contrato didático, de ouvir as resistências dos alunos e leva-las em consideração.
5. A capacidade de engajar-se pessoalmente no trabalho, não ficando sempre na posição de árbitro ou de avaliador, mas sem por isso tornar-se igual (PERRENOUD, 1995, p, 65)..

O professor precisa ser o primeiro a acreditar na aventura pedagógica, que na verdade é um tratamento com vários tipos de experiências pedagógicas. Abandonar a postura de que o aluno não pode errar, ou ainda puni-los por não conseguir um primeiro momento o objetivo proposto. (grifos meus). Extingue-se a competição e o individualismo e reforçam valores de cooperação e solidariedade. A integração aluno-professor não é somente teórica, mas realiza-se prática, ou seja, na elaboração dos projetos. A situações-problema exige uma avaliação formativa. Há uma variação de feedback, às vezes o professor, outras vezes o aluno e na maioria das vezes a própria realidade que aprova ou resiste as projeções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo ensino-aprendizagem envolve professores alunos, instituição escolar, familiares e toda a sociedade. Os implicados diretamente são os professores e alunos, estes últimos sofrendo diretamente os efeitos da crise escolar como um todo. Conforme o exposto anteriormente um dos grandes problemas a ser enfrentado atualmente são as dificuldades de aprendizagem. O que fazer? Quais os caminhos que poderiam levar a amenizar ou mesmo a resolver esta situação? Numa visão mais profunda das causas, é necessário uma política voltada a necessidades básicas da família, sociedade civil, governos e lideranças em geral são responsáveis isto é, todos nós devemos assumir esta responsabilidade.

Não se pode ignorar também as mudanças na estrutura familiar e os problemas internos que o aluno acaba levando-os para a sala de aula, conforme já analisamos anteriormente. É necessário uma política de atendimento às crianças dentro da escola, por exemplo, merenda dentro dos padrões exigidos. Espaço físico adequado. Material didático suficiente. Profissionais de educação realmente treinados. Uma APM atuante que consiga mobilizar, pois e toda a comunidade no enfrentamento dos problemas escolares. Dentro da sala de aula a responsabilidade é toda do professor. Cabe a ele uma parcela de responsabilidade na busca de soluções para as dificuldades de aprendizagem.

Neste sentido, a proposta da LDB da educação aponta para a mudança de paradigma. Há que se buscar uma visão mais holística da vida como um todo e isso certamente refletirão

na educação. O professor em sala de aula precisa levar o aluno aprender a aprender. Construir competências e isso é muito mais que ensinar conteúdos. O aluno é motivado a todo instante e sair da sua comodidade e se lançar no desconhecido. Dentro desta nova proposta o professor é chamado a mudar de identidade, de postura, de mentalidade. Deve abandonar a postura de dono da verdade e de infalível. Ele é simplesmente o condutor do processo que dá o pontapé inicial do aprendizado e juntos vão abrindo caminhos enfrentando situações problemas e em cada situação desafiadora vão encontrando formas peculiares de resolvê-los.

A proposta de trabalhar em sala de aula projetos situações-problema leva a todos a extrair o que tem de melhor de cada um, isto é a sua potencialidade. Dentro desta nova postura a avaliação estática, genérica há um instante a um repensar e uma retomada de direção até mesmo o professor se auto avalia. Cria-se um clima de trabalho e confiança. Retoma-se a alegria e o sentido de estar em sala de aula. Retira-se o fantasma da evasão da repetência. Devolve-se ao aluno autoconfiança perdida. Dá-se aos pais a convicção que seu filho tem as mesmas condições de aprendizagem que qualquer outra criança. O professor e todo o sistema escolar não podem perder a convicção de que é possível traçar um novo caminho onde as dificuldades de aprendizagem sejam apenas um componente do processo que certamente serão resolvidos os graves problemas da evasão e da repetência. Afinal todos somos chamados a construir uma escola que o aluno precisa para enfrentar o futuro que já chegou.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia de educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna 1996.

ASSMANN, Hugo; **SUNG**, Jung. **Competência e sensibilidade solidária**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CINIELLO, Evelise de J.K. **TDH, O DESAFIO DA INCLUSÃO**, FIEP Bulletin VI II, 2014 Edition - Article II ISSN-0256-6419.

COLL, César; **PALACIOS**, Jesús; **MARCHESI**, Alvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 1ª ed. V.2. Porto Alegre; Artmed, 1996.

COSTA, Doris; **FREIRE**, Anita. **Fracasso escolar, diferença ou diferença**. 2ª ed. Porto Alegre: Kuarup, 1994.

DEMO, Pedro, ABC, **Iniciação a competência reconstrutiva do professor básico**. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 2000.

GARBER, Claire; **THEODORE**, Francis. **Família mosaico**. São Paulo: Augustus 2000.

LEGAL, Jose Eduardo **Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem**, Centro Universitário Leonardo Da Vinci, Indaial: GRUPO UNIASSELVI, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão escolar: o que é? Como fazer**. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

MELLO, Guiomar Namó de. **Cidadania e competitividade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contexto sociais**. Tradução de Windyz Brazao Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de; **DAVIS**, Claudia. **Psicologia na educação**. 2ª ed. Cortez, 1992.

PERRENOUD, Phillippe. **Construir as competências desde a escola**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

PAVLOV Ivan, **O COMPORTAMENTALISMO**, Instituto de Física de São Carlos – USP, Psicologia da Educação, 1990.

PIAGET,J. (1937) **La Construction du reed chez l'enfant**.Neuchatel:Delachaux t Niestlé.[ed. Cast.(1965), Buenos Aires: Proteo]

PUIGGRÓS S.A. **Para que serve a escola?** Rev. Pátio. Porto Alegre, nº 3, nov./jan. 1997/1998. Disponível em [www.revista patio](http://www.revista.patio.com.br).

RATNER, Carl. **A psicologia sócio-histórica de Vigotsky**. Aplicações contemporâneas. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

REVISTA PÁTIO. **Para que se serve a escola?** Ano 1. n. 3. Nov.1997-Jan. 1998.

ROCHA, Eloisa_____ **Fracasso Escolar**. O que é? Quem fracassa? Ano 3, n. 11. Nov. 1999-Jan. 2000.

ROCHA, ELOISA_____ **Educação – Agenda para o século XXI**. Ano 4. n. 16, Fev-Abr. 2001.

ROPÉ, Francoise, **TANGUY**, Lucie. **Sabores e competências**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 1997.

SAVIANI, Demerval. **As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina**. São Paulo, Caderno de Pesquisa, n. 42, p. 8-18, ago. 1982.

UNICEF. **Família brasileira**: base de tudo. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.